

Ministério de Minas e Energia**Assessoria de Comunicação Social - ASCOM****Sumário**

VEÍCULO: O Globo	2
Título: Leilão de energia tem disputa e deságio de 36%.....	2
Título: Sobe e desce da gasolina	4
VEÍCULO: Folha de S. Paulo	4
Título: Após queda de 19% nos royalties em 2016, SP prevê recorde.....	4
Título: Plano da Petrobras para vender gás ao consumidor mina distribuidoras.....	4
VEÍCULO: O Estado de S. Paulo	6
Título: Leilão de linhas de transmissão garante investimentos de R\$ 12,7 bi	6
Título: Leilão atraiu até distribuidora de bebida.....	7
Título: Os investidores estão voltando.....	9
VEÍCULO: Correio Braziliense	10
Título: Cai preço do etanol nos postos.....	10
VEÍCULO: Valor Econômico	10
Título: Transmissão vai receber R\$ 12,7 bi em investimentos.....	10
Título: Indiana Sterlite quer iniciar operação no país ainda neste ano	13
Título: Construtoras veem certame como alternativa à crise.....	14
Título: TCU deve manter Queiroz Galvão na lista de inidôneas.....	16
Título: CEG planeja investir R\$ 271 milhões este ano.....	17
Título: Justiça nega liminar a Nippon para anular eleição na Usiminas.....	18
Título: Destaques	19

VEÍCULO: O Globo**Seção: Economia****Autor: Roberta Scrivano e Geralda Doca****Título: Leilão de energia tem disputa e deságio de 36%**

Certame atrai R\$ 12,7 bi em investimentos em linha de transmissão. Economia para consumidor será de R\$ 24,2 bi

O leilão para construção de novas linhas de transmissão, realizado ontem na B3 (antiga Bovespa), atraiu o interesse de investidores e indicou uma melhora no ambiente de negócios do setor elétrico. Do total de 35 lotes ofertados pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), 31 receberam propostas. Os grupos vencedores terão de investir cerca de R\$ 12,7 bilhões em instalações, que devem entrar em operação em prazos que variam de 36 a 60 meses. O deságio médio (desconto sobre a receita teto oferecida para os investidores) foi de 36,47%. Nos trechos que tiveram maior disputa, o desconto superou os 50%.

O ministro-chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República, Moreira Franco, classificou o resultado como um "sucesso" e disse que ele mostra a retomada da confiança dos investidores no país. — O leilão foi extremamente bem sucedido. A concorrência foi muito grande. Haverá uma economia para o consumidor de mais de R\$ 22 bilhões porque o preço ficou abaixo do que se supunha — disse.

Segundo a Aneel, a economia para o consumidor em 30 anos será de R\$ 24,2 bilhões. Durante o evento, Moreira destacou que, com este leilão, o governo completa 50% das concessões de ativos contidas na primeira carteira de projetos do Programa de Parcerias de Investimentos (PPI).

O leilão resultou no arremate de 7.068 quilômetros de linhas de transmissão nos estados de Alagoas, Bahia, Ceará, Goiás, Maranhão, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Pará, Paraná, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul, Rondônia, Santa Catarina, São Paulo e Sergipe. Caso todos os lotes tivessem sido arrematados, o investimento total chegaria a R\$ 13,1 bilhões.

INTERESSE EM INVESTIR

O mercado esperava grande competição neste certame por causa do aumento da taxa de retorno dos empreendimentos de transmissão promovida pelo governo já no ano passado.

Segundo o ministro de Minas e Energia, Fernando Coelho Filho, o resultado mostrou uma melhoria do ambiente de negócios no setor elétrico. Ele ressaltou ainda que foram obtidos descontos mesmo sem a participação de estatais. — Isso mostra o interesse da empresa privada em voltar a investir mais fortemente no Brasil — afirmou.

Em número de lotes arrematados, a maior vencedora foi a CTEEP (Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista, controlada pela colombiana ISA), que levou quatro lotes individualmente (todos em São Paulo) e um em consórcio, no Paraná. Entre os principais lotes leiloados estão linhas entre Minas Gerais e São Paulo (lote 19), que tinham valor máximo de R\$ 390,8 milhões. O conjunto de linhas foi arrematado com deságio de 47,4% pela EDP Energias do Brasil (controlada pela Energias de Portugal). A empresa arrematou três lotes individualmente e um em consórcio.

O mais disputado do certame foi o lote de linhas entre São Paulo e Rio de Janeiro, arrematado pelo consórcio formado por Alupar e pela Apollo 12 Participações, com 15 propostas, e um deságio de 48% sobre o valor máximo, de R\$ 190 milhões.

PRÓXIMO LEILÃO NO 2º SEMESTRE

A Elektro, controlada pela espanhola Iberdola, adquiriu quatro lotes de empreendimentos. Em um dos lances, para o lote 20, situado em São Paulo, a companhia ofereceu desconto de 52,93%.

O lote 1, no Paraná, por sua vez, representou o maior investimento do leilão, de R\$ 1,9 bilhão, e foi arrematado pelo Consórcio Columbia, formado pela transmissora Aliança de Energia Elétrica e pela CTEEP.

O maior deságio do leilão, de 58,87% ocorreu no lote 10, no Rio Grande do Sul, arrematado pela indiana Sterlite Power Venture, estreante no Brasil, que no total ficou com dois lotes.

No último leilão, em outubro, três dos 21 lotes oferecidos ficaram encalhados. O deságio médio foi de 12,07%. O próximo certame de linhas de transmissão já está sendo preparado, segundo informou o diretor da Aneel, André Pipetone. A ideia, disse ele, é licitar empreendimentos que demandarão investimentos de cerca de R\$ 4,4 bilhões no segundo semestre.

Pipetone detalhou que a Aneel avalia a realização de uma nova licitação de linhas de transmissão para 2018, possivelmente no primeiro semestre, para ofertar concessões que exigirão outros R\$ 5,3 bilhões em investimentos. Após o leilão, as ações da Elektro avançaram 0,99%. As da EDP recuaram 2,6% e as da Energisa recuaram 2,73%. Com agências internacionais

VEÍCULO: O Globo**Seção: Rio / Colunas****Autor: Ancelmo Gois****Título: Sobe e desce da gasolina**

Pesquisa da ANP mostra que os preços médios da gasolina e do óleo diesel S500, no Brasil, registraram o menor valor do ano, na semana de 16 a 22 de abril. A gasolina caiu 0,27% e o diesel, 0,10%, em relação à semana anterior. Já o etanol caiu pela 14ª vez consecutiva. Mas, com o aumento anunciado pela Petrobras, quinta passada, os valores devem subir um pouco ao longo da semana.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo**Seção: Mercado****Autor: Maria Cristina Frias****Título: Após queda de 19% nos royalties em 2016, SP prevê recorde**

A arrecadação de São Paulo com royalties sobre a exploração de petróleo caiu 19% no ano passado, na comparação com 2015, de acordo com a secretaria estadual de Energia e Mineração.

A queda é resultado principalmente da desvalorização do preço do barril, que chegou ao patamar de US\$ 30 (cerca de R\$ 94 no câmbio atual) no início de 2016.

Do R\$ 1,4 bilhão arrecadado, cerca de R\$ 710 milhões foram destinados ao governo do Estado. Outros R\$ 760 milhões foram distribuídos entre prefeituras.

Mesmo com a redução anual e sem projetos que aumentem significativamente a produção em 2017, as projeções são otimistas, diz Dirceu Abrahão, subsecretário da área na secretaria paulista.

"Mantidas as condições atuais, principalmente o preço do petróleo, é provável que ocorra um recorde de arrecadação", afirma.

"Embora não chegue perto do que vimos em 2011, quando estava pouco abaixo dos US\$ 130, o barril hoje custa quase o dobro do começo de 2016. O crescimento percentual foi muito relevante."

VEÍCULO: Folha de S. Paulo**Seção: Mercado****Autor: Nicola Pamplona****Título: Plano da Petrobras para vender gás ao consumidor mina distribuidoras**

Depois de vender sua participação em distribuidoras de gás canalizado, a Petrobras propôs ao governo mudança na lei que pode retirar dessas empresas fatia importante da receita de transporte do combustível.

A proposta enfrenta resistência de Estados e gerou desconforto no grupo formado pelo Ministério de Minas e Energia para analisar mudanças na legislação do setor, levando à saída das distribuidoras da mesa de negociação.

De acordo com as distribuidoras, a empresa propôs mudança na lei que permitiria o atendimento direto a grandes consumidores, como térmicas e indústrias, sem o pagamento de tarifa às concessionárias estaduais.

Esses clientes foram responsáveis por 75% do consumo de gás no país em fevereiro e representam a maior parte da receita das distribuidoras de gás canalizado.

"Os Estados ficariam apenas com o osso e perderiam o filé mignon", reclama Antônio Carlos Bettega, secretário-executivo do Codesul (Conselho de Desenvolvimento e Integração Sul), que reúne os três Estados da região Sul e Mato Grosso do Sul.

A entidade enviou carta ao presidente Michel Temer e ao ministro Fernando Coelho Filho (Minas e Energia), pedindo apoio contra a mudança.

"As concessionárias de distribuição de gás canalizado são um ativo valioso para os Estados, atraem investimentos, arrecadação, empregos e renda", afirma o texto.

A medida preocupa também os governos que pretendem privatizar as distribuidoras estaduais, diante do possível impacto no valor de venda dos ativos.

OUTRO LADO

Em nota, a Petrobras diz que "entende que a tarifa paga às distribuidoras deve ser proporcional aos serviços prestados, de acordo com a Lei do Gás".

A estatal tem o apoio de entidades que representam térmicas e grandes consumidores de energia, além das empresas interessadas em produzir e vender gás no país.

A proposta foi apresentada ao subcomitê de distribuição do Gás para Crescer, iniciativa do governo que analisa mudanças para adequar o setor a um cenário de menor presença estatal.

Em dezembro de 2015, a Petrobras vendeu 49% da subsidiária Gaspetro, que tem participações em distribuidoras de gás canalizado, à japonesa Mitsui.

Em setembro de 2016, transferiu 90% da Nova Transportadora do Sudeste, que opera a malha de gasodutos da região Sudeste, a consórcio liderado pela canadense Brookfield.

A empresa planeja negociar também a malha do Nordeste e focar sua atuação na venda do combustível.

"A proposta da Petrobras pode limitar as distribuidoras ao atendimento de clientes urbanos", reclama o presidente da Abegás (associação Brasileira das Distribuidoras de Gás Canalizado), Augusto Salomon.

Segundo ele, a medida ainda aumentaria o custo para o consumidor comum, que teria de arcar a parcela da tarifa que deixará de ser paga pelas indústrias e térmicas.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Economia

Autor: Renée Pereira, Luciana Collet

Título: Leilão de linhas de transmissão garante investimentos de R\$ 12,7 bi

Apetite. Licitação realizada ontem atraiu investidores tradicionais do setor elétrico, fundos de investimentos e empresas de outras áreas, após mudanças na taxa de retorno e nos prazos do investimento; dos 35 lotes licitados, quatro não receberam propostas

O governo conseguiu garantir ontem investimentos de R\$ 12,7 bilhões em linhas de transmissão de energia nos próximos anos, com o repasse para a iniciativa privada de 31 dos 35 lotes colocados em leilão, num total de mais de 7 mil km. As obras devem durar de 36 a 60 meses. O resultado revelou um forte apetite dos investidores (nacionais e estrangeiros) pelo setor, que vinha de uma série de fracassos nas concessões de transmissão.

O humor da iniciativa privada começou a mudar no ano passado, quando a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) mudou as regras do leilão. Houve uma revisão, para cima, da receita anual permitida (RAP, a taxa de retorno dos investimentos), os prazos de construção foram alongados e os lotes, fatiados, para permitir a entrada de empresas menores. Foi o que ocorreu ontem. Sem a presença marcante das estatais e dos espanhóis, que lideravam as disputas do passado, houve espaço para todo o tipo de empresa.

O deságio médio no leilão ou seja, quanto as empresas aceitaram receber a menos, pelos investimentos, em relação ao teto máximo proposto – foi de 36,47%. Os maiores lotes foram arrematados por empresas tradicionais do setor de transmissão, como Taesa e Cteep, que venceram o lote de maior investimento do leilão. Com deságio de 33,25%, as duas empresas – que formaram o consórcio Columbia – aceitaram construir um conjunto de linhas no Paraná de R\$ 1,9 bilhão. A Cteep, que ficou um tempo sem participar de leilões, desde que a MP 579 descapitalizou a empresa, arrematou mais quatro lotes em São Paulo e no Paraná.

Outras companhias conhecidas no setor, mas que atuavam nas áreas de geração e distribuição, também decidiram apostar na transmissão, de olho em retornos mais altos. A Elektro, por exemplo, arrematou quatro lotes, que somam investimentos de R\$ 866 milhões, e a Energisa, dois de R\$ 625 milhões. A portuguesa EDP, que estreou no setor no ano passado, ganhou três lotes, num total de R\$ 3,7 bilhões de investimentos.

O maior deságio, no entanto, veio de uma total desconhecida do Brasil. A indiana Sterlite Power Grid arrematou um lote de linhas e subestações no Rio Grande do Sul, com desconto de 58,87%. Empresas de outros setores também ganharam concessões no leilão de ontem em várias partes do Brasil.

Sem querer comemorar muito o resultado depois do histórico de atrasos nas obras do setor, o diretor-geral da Aneel, Romeu Rufino, destacou que o "desafio começa agora", ou seja, que os empreendedores entreguem o que contrataram. "Infelizmente, este não tem sido um pequeno desafio, quer seja na transmissão ou geração, temos uma quantidade grande de empreendimentos em atraso."

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Economia

Autor:

Título: Leilão atraiu até distribuidora de bebida

Com novas regras para atrair investidores, empresas desconhecidas vencem vários lotes de linhas; preocupação é com andamento das obras

O leilão de linhas de transmissão de energia elétrica realizado ontem na Bolsa de Valores de São Paulo (B3) atraiu investidores de vários setores da economia. Além de fundos de investimentos, como os da Vinci, empresas desconhecidas disputaram a concessão dos empreendimentos em vários lotes. Entre os vencedores há até uma distribuidora de bebida, que compôs o Consórcio Pará.

Em parceria com outras duas empresas, a Disbenop - Distribuidora de Bebidas arrematou um lote de linhas de transmissão no Pará, com deságio de 16,14%. Para dar o lance, a companhia se associou com a Malv Empreendimentos e Participações, pertencente à ex-primeira dama de Cuiabá, e com a Primus Incorporação e Transmissão, cujo dono era coordenador da campanha do ex-prefeito de Cuiabá.

Juntas elas vão investir R\$ 120 milhões nas obras e receber receita anual de R\$ 20 milhões. A Disbenop pertence ao empresário mato-grossense Mauro Carvalho Júnior, dono de outras 12 empresas. O leilão também trouxe à tona grupos de engenharia e construção, que ganharam mais espaço com as gigantes do setor penduradas na Lava Jato. Na lista estão Fasttel Engenharia, Cesbe e Lig Global.

"A disputa foi bonita e mostrou que alguns ajustes podem fazer a diferença", afirma o professor da UFRJ Nivalde Castro. Mas ele destaca que agora é preciso separar o joio do trigo. "Tivemos no leilão três grupos diferentes de investidores: as empresas tradicionais de transmissão; as empresas tradicionais do setor elétrico; e outros investidores formados por fundos e empresas de setores diversificados." Na opinião dele, embora a atração de um número maior de investidores seja uma boa notícia, é preciso tomar cuidado para não cair em erros do passado.

A preocupação do professor é com atrasos nas obras. "Se grandes investidores, que têm experiência no setor, já sofrem com problemas durante as obras, imagina uma empresa com pouca experiência", questiona ele. De qualquer forma, Castro afirma que esse tipo de problema pode ser superado com mais controle por parte da Aneel. O presidente do Instituto Acende Brasil, Claudio Sales, também acredita que uma fiscalização mais atenta pode coibir e eliminar atrasos no andamento dos projetos.

Na avaliação dele, independentemente de ter investidores desconhecidos, o leilão deve ser visto com otimismo, especialmente num momento delicado da economia brasileira. "Foi uma competição bastante robusta. Mais uma prova de que o governo acertou na mão (ao mudar as regras)."

Do lado do governo, o ministro da Secretaria-Geral da Presidência da República, Moreira Franco, comemorou a forte disputa no leilão. "Tivemos um leilão extremamente bem sucedido, uma concorrência e uma competição muito saudável. Isso gerou deságio de quase 40%."

Moreira Franco destacou que o deságio obtido no leilão vai representar economia de R\$ 22 bilhões ao consumidor nos próximos 30 anos. "Em alguns casos, tivemos deságio de mais de 50%." O ministro disse que os lotes vão representar quase R\$ 13 bilhões em investimentos e devem gerar 28 mil empregos.

Balanço do PPI. O ministro ressaltou que, até o momento, o governo conseguiu realizar 50% das propostas do primeiro portfólio do Programa de Parcerias de Investimento (PPI). "Os prazos estão sendo cumpridos rigorosamente", afirmou. Ele lembrou que o governo vai começar, em maio, os leilões na área de petróleo e gás, com a oferta de áreas marginais. Em seguida, serão licitadas áreas unitizáveis e, até o fim do ano, áreas do pré-sal.

Em relação a transportes, o ministro disse que o governo fará um esforço para dar racionalidade à questão ferroviária no País. Ele disse que as ferrovias serão uma oportunidade de estrangeiros elevarem sua presença no Brasil. Segundo ele, as ferrovias só serão licitadas se houver interessados. "Se não quiserem, tem que respeitar. Não é derrota, é a regra do jogo." / RENÉE PEREIRA E ANNE WARTH; GABRIEL ONETO E GALENO DE SENA LIMA, ESPECIAIS PARA O ESTADO e ANNE WARTH

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Economia

Autor: Thais Prandini

Título: Os investidores estão voltando

Análise

Os resultados do leilão de linhas de transmissão de ontem refletem o momento positivo do setor elétrico brasileiro. Apesar da persistência de alguns desafios importantes – como a judicialização relativa à garantia física de hidrelétricas e o baixo volume de água nos reservatórios das principais usinas –, é inegável que o investidor está de volta. No total, os consórcios vencedores do certame devem investir R\$ 12,7 bilhões em linhas de transmissão em 19 Estados nos próximos anos.

Dos 35 lotes oferecidos, apenas quatro não tiveram interessados. Esses resultados contrastam com os verificados nos últimos anos. De 2012 a 2016, cerca de 40% dos lotes oferecidos em leilões do tipo deram "vazio". É que a falta de segurança regulatória provocada pela Medida Provisória 579/2012, que renovou de maneira irresponsável as concessões de geração e transmissão, combinada à falta de capital, levou os investidores a puxarem o freio de mão. Hoje, esse cenário ficou para trás.

A onda de otimismo dos investidores também fica clara pelos altos índices de deságio observados, com destaque para a indiana Sterlite Power Grid Ventures, que fez sua estreia no setor elétrico brasileiro oferecendo 58,86% de diferença no valor que aceita receber e o inicialmente proposto pela Aneel pelo lote 10.

Vale destacar também que o formato do leilão – com lotes de diferentes tamanhos – favoreceu a diversidade de investidores. O formato também reduz o risco dos investimentos, um esforço provavelmente para se evitar problemas nas obras, como aconteceu nos casos das espanholas Abengoa e Isolux, cuja agressividade nos leilões de contratação acabou comprometendo a capacidade de entrega.

Por fim, destaque para a participação da Cteep. O comportamento da grande vencedora do leilão sugere que os recursos aprovados recentemente pela Aneel para remunerar investimentos anteriores a 2000 que ainda não haviam sido amortizados vão voltar a ser aplicados no setor elétrico brasileiro, o que é muito positivo para todos nós.

VEÍCULO: Correio Braziliense

Seção: Economia / Colunas

Autor:

Título: Cai preço do etanol nos postos

Os preços do etanol hidratado nos postos brasileiros caíram em 18 estados e no Distrito Federal, subiram em sete outros e ficaram estáveis em Rondônia na semana encerrada no sábado. Na semana anterior, os preços haviam subido em nove estados e no Distrito Federal, caído em 16 estados e não se alterado no Amapá. No período de um mês, as cotações do produto acumulam alta em cinco estados e queda em 21 e no Distrito Federal. Os dados são da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP). Em São Paulo, principal estado produtor e consumidor, a cotação caiu 1,13% na semana, para R\$ 2,429 o litro, e no período de um mês acumula baixa de 5,27%. Na semana, o maior avanço das cotações foi registrado em Minas Gerais e no Distrito Federal (1,55%), enquanto o maior recuo ocorreu em Goiás (4,12%). A maior alta mensal, de 1,25%, foi em Alagoas e a maior queda foi em São Paulo (5,27%).

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Camila Maia, Victória Mantoan, Luciano Máximo e Rodrigo Polito

Título: Transmissão vai receber R\$ 12,7 bi em investimentos

O leilão de linhas de transmissão realizado ontem pelo governo foi marcado pela forte competição entre os investidores, todos privados, e que resultou num deságio de 36,5% em relação às receitas máximas estabelecidas pela Agência Nacional de Elétrica (Aneel).

A disputa contratou R\$ 12,7 bilhões em investimentos, 96,5% do previsto, e foi marcada pela presença de companhias que não atuam, tradicionalmente, no setor, com destaque para a EDP Energias do Brasil e a indiana Sterlite Power Grid Ventures, que estreou no Brasil. A ISA Cteep, que não fazia investimentos significativos em novos ativos há anos, também participou com agressividade do certame.

Muito celebrado pelas empresas e representantes do governo presentes, o leilão confirmou o cenário de intensa competição, com muitos lotes recebendo mais de dez ofertas. A receita anual permitida (RAP) total dos 31 lotes licitados somou R\$ 1,673 bilhão, 36,5% abaixo da receita máxima desses lotes, que era de R\$ 2,63 bilhão. Isso significa que os consumidores de energia deixarão de pagar quase R\$ 1 bilhão ao ano em tarifa de transmissão nesses projetos.

No passado, o governo chegou a ver descontos significativos, mas o cenário era outro. As companhias estatais dominavam os leilões com as chamadas "taxas patrióticas" de retorno. "Neste [leilão] e no último não tivemos [estatais], isso mostra o interesse das empresas privadas de voltarem a investir", disse Fernando Coelho Filho, ministro de Minas e Energia, em entrevista concedida após o fim do leilão.

Se somados os investimentos contratados ontem e no último leilão de transmissão, são cerca de R\$ 25 bilhões no setor. A Aneel planeja ainda leilões envolvendo outros R\$ 10 bilhões em linhas de transmissão no segundo semestre deste ano e início de 2018.

Os grandes descontos na receita anual não significam necessariamente que as empresas comprometeram sua rentabilidade. A EDP Energias do Brasil, por exemplo, foi a grande vencedora em termos de volume de investimentos, com quatro lotes que somam R\$ 3,6 bilhões em aportes, segundo as estimativas da Aneel. No entanto, é possível concluir as obras com R\$ 3 bilhões, disse Miguel Setas, presidente da companhia.

"Essa é a razão principal de termos sido tão competitivos. Na prática, a taxa de retorno que temos nesses lotes está entre 12% e 14%", disse Setas. Segundo ele, esse era o referencial que a EDP julgava "adequado" para um leilão com toda essa competição. "Estamos felizes de termos conseguido reunir parceiros com competitividade e preservar a rentabilidade mínima", disse.

Parte dessa competitividade se deu justamente pela parceria entre a EDP e a Celesc no lote localizado em Santa Catarina. "Obviamente, como distribuidora local, a Celesc pode ter acesso a condições comerciais que são diferenciadas", disse Setas ao Valor.

Essa foi a segunda participação da EDP Energias do Brasil em leilões de linhas de transmissão de energia. A estreia, muito mais tímida, foi no evento de outubro. Depois daquela data, Setas chegou a comentar que esperava ter uma presença mais "agressiva" no próximo leilão.

Outra empresa com presença discreta em outubro mas que ontem cumpriu a promessa de ter uma participação mais forte foi a ISA Cteep. A companhia estava fora das disputas desde 2011, mas voltou em outubro depois da definição das regras de pagamento das indenizações de ativos antigos ainda não amortizados.

O leilão também marcou a estreia no setor do grupo Energisa, especializado em distribuição de energia. O grupo arrematou dois lotes, que somam 864 km e exigirão investimentos de cerca de R\$ 625 milhões. Segundo a empresa, os lotes, situados em Goiás e Pará, terão sinergias com regiões de atuação da companhia no Norte e Centro-Oeste do país.

"Este resultado permitirá ao grupo diversificar riscos no portfólio, consolidando o modelo de negócios da companhia com investimentos que proporcionem sinergias entre seus ativos. Além disso, a entrada em um novo segmento do setor elétrico está em linha com a estratégia de crescimento do grupo", destacou Ricardo Botelho, presidente da Energisa, em nota.

A presença dos deságios elevados indica que o governo acertou nas condições do leilão, ao promover competitividade. "O desafio é fazer as leituras corretas. Nesse leilão mesmo, fizemos aperfeiçoamentos em relação ao de outubro. Acho que o resultado de hoje [ontem] comprova que estamos no caminho certo", disse Romeu Rufino, diretor-geral da Aneel.

Segundo Pablo Sorj, sócio do escritório Mattos Filho especialista em energia, a maior competição e deságios no leilão, em relação ao último certame, mostram que as empresas aceitaram taxa de retorno menor do que a oferecida em outubro, fator que pode explicar o número pequeno de fundos de investimentos entre os vencedores. "A competição e o deságio foram muito altos. Muitos lotes arrematados podem ser investimentos estratégicos de empresas de utilities [distribuidoras de energia] com balanço para financiar projetos."

"A economia vai se recuperar mais fortemente em minas e energia", disse Coelho Filho. O sucesso do leilão de outubro colocava um desafio de continuidade no de ontem, mas, segundo ele, "o governo vai trabalhar para gerar mais disputa".

Dos 35 lotes licitados ontem, quatro não receberam lances, e devem ser leiloados no segundo semestre deste ano, na disputa que deve contratar R\$ 4,4 bilhões. Para o primeiro semestre de 2018, a Aneel prevê outra disputa, dessa vez envolvendo cerca de R\$ 5,3 bilhões em investimentos.

VEÍCULO: Valor Econômico**Seção: Empresas****Autor: Rodrigo Polito, Luciano Máximo, Camila Maia e Victória Mantoan****Título: Indiana Sterlite quer iniciar operação no país ainda neste ano**

Dona do maior deságio registrado no leilão de linhas de transmissão ontem em São Paulo, a indiana Sterlite Power Transmission Limited (SPTL), apesar de desconhecida no Brasil, é tradicional no segmento dentro do seu país. A empresa era uma divisão pertencente a Sterlite Technologies, grupo com receita anual de quase US\$ 500 milhões (o equivalente a R\$ 1,57 bilhão) até meados do ano passado, quando houve uma cisão com a holding, que desde então passou a se concentrar apenas no segmento de telecomunicações.

A Sterlite atua tanto como investidora em linhas de transmissão, quanto no fornecimento de cabos elétricos e sistemas de integração, e exporta produtos para cerca de 40 países. A companhia detém 29 linhas de transmissão, com cerca de 6,7 mil quilômetros de extensão, e sete subestações, na Índia.

Tecnicamente, o grupo já tem atividade no Brasil. "Temos uma pequena fábrica de cabos em Curitiba, mas é tão pequena que nem contamos como presença nossa no Brasil", afirmou o presidente da Sterlite, Pratik Agarwal.

Se Agarwal não considera a "pequena fábrica" como uma presença de fato no Brasil, a entrada da companhia no país então foi surpreendente. A Sterlite Power Grid Ventures Limited, subsidiária da SPTL, roubou a cena no leilão ao oferecer receita anual permitida (RAP) de R\$ 34,53 milhões, com deságio de 58,87% em relação ao teto proposto em edital, para o lote número 10. O empreendimento inclui quatro linhas de transmissão, somando 115 quilômetros, e duas subestações, no Rio Grande do Sul. O investimento estimado é de R\$ 395,3 milhões.

"Fiquei surpreso com o apetite deles. Era um dos 'players' que não estava no radar", afirmou Pablo Sorj, sócio especialista em energia do escritório Mattos Filho.

"Não temos estratégia de importar equipamentos, as taxas fazem com que não seja uma operação viável" explica Agarwal

"O governo deve estar com sorriso de orelha a orelha", disse Antônio Vitelli, executivo da Retech, consultoria do setor elétrico, sobre o deságio oferecido pela Sterlite. Já para Gilberto Feldman, diretor comercial da PEC Energia, uma das concorrentes do leilão, a estratégia dos indianos é trazer equipamentos mais baratos da Índia.

Agarwal, porém, desmentiu a afirmação, argumentando que o lance com deságio de quase 60% foi fruto de "trabalho muito duro". Ele contou que o segredo da futura operação no país será centrada "em engenharia eficiente com alta tecnologia para finalizar os projetos dentro do tempo e do orçamento, não temos estratégia de importar equipamentos, as taxas fazem com que não seja uma operação viável".

O executivo também afirmou ao Valor que considera o mercado brasileiro "organizado", mas ainda mantém uma postura cautelosa, apesar do lance agressivo. "É um bom momento para estar no Brasil. É preciso esperar como a situação política vai se resolver, não temos problema com isso. Esperamos começar nossa operação com um time no país ainda neste ano."

"[A Sterlite] é um 'player' interessante. É uma empresa que está começando [no mercado brasileiro] e já levou dois lotes", completou Lucas Rodrigues, analista de mercado do grupo Safira.

O outro lote arrematado foi o de número 15, com duas linhas de transmissão, totalizando 139 km, e duas subestações, em Pernambuco, com investimentos previsto de R\$ 164 milhões.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Rodrigo Polito, Luciano Máximo, Camila Maia e Victória Mantoan

Título: Construtoras veem certame como alternativa à crise

A crise no setor de construção civil abriu caminho para construtoras de pequeno e médio porte apostarem no segmento de transmissão de energia, seja como prestadoras de serviço ou até como investidoras nos empreendimentos. Esse fator explica a participação de construtoras relativamente desconhecidas no leilão de transmissão realizado ontem na B3, de acordo com avaliação do Grupo de Estudos do Setor Elétrico da UFRJ.

"Com a crise na construção civil, as empresas estão ociosas e viram esse segmento [transmissão de energia] como uma alternativa", afirmou o coordenador do Gesel/UFRJ, professor Nivalde de Castro. Segundo ele, não existe risco de a contratação de construtoras ser um gargalo para a implantação das linhas cuja concessão foram negociadas ontem.

Pelo menos cinco empresas de engenharia foram identificadas entre os vencedores do leilão: Fasttel Engenharia, Cesbe, FM Rodrigues & Cia, Hersa

Engenharia e Serviços e Primus Incorporação e Construção. Fasttel e Cesbe formaram consórcio que venceu a concessão de um projeto de R\$ 157 milhões de investimentos no Paraná. Já o consórcio composto por FM Rodrigues & Cia e Hersa ganhou a concessão de uma linha de 109 km em Alagoas, com investimentos estimados de R\$ 68 milhões. E a Primus integra consórcio dono de um lote no Pará, com investimentos de R\$ 120,5 milhões.

O caso da Primus foi o mais curioso do leilão e o que melhor traduz o movimento de entrada de empresas no setor de transmissão. A Primus possui 40% do consórcio, em parceria com uma empresa genérica de participações (Malv Empreendimentos e Participações), com 30%, e uma distribuidora de bebidas (Disbenop), com os 30% restantes.

O diretor do consórcio, Mauro Mendes Ferreira, que possui experiência na mato-grossense Bimetal, especializada na fabricação de estruturas metálicas para transmissoras de energia e companhias de telecomunicação, disse ter reunido "novos investidores que acreditam no potencial do setor de transmissão e na diversificação de seus investimentos a nível futuro".

Os investidores citados por Ferreira eram os mais entusiasmados ao fim do leilão, sorrindo, trocando abraços efusivos e tirando fotos no salão de leilão da antiga Bovespa. "Acreditam na retomada da economia, que o Brasil se descolou da crise política, apesar políticos e das besteiras que acontecem em Brasília", acrescentou Ferreira.

Segundo ele, a principal estratégia do consórcio será acelerar na etapa do licenciamento ambiental, com o objetivo de entregar o projeto antes da data prevista pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), em 48 meses. "Queremos fazer o mais rapidamente possível o trabalho de licenciamento, que tem se mostrado, injustificadamente, um dos grandes gargalos do país. Todos sabem que grande parte desses empreendimentos são obras de baixíssimo impacto, mas infelizmente alguns órgãos ambientais têm se mostrado extremamente morosos para fazer aquilo que é o óbvio."

O licenciamento ambiental, disse Castro, é o maior risco relativo ao leilão. "Os empreendedores estão preocupados em como a Aneel analisará o atraso no licenciamento" disse o pesquisador, lembrando que o edital do leilão permite a prorrogação do prazo de implantação da linha, se for comprovado que o atraso ocorreu por demora na emissão da licença ambiental, mas esse tipo de atraso precisa ter o reconhecimento da agência.

Questionado sobre a presença de empresas pequenas e construtoras em alguns lotes do leilão, o diretor-geral da Aneel, Romeu Rufino, explicou que o governo não pode criar barreiras. "Novos entrantes são bem-vindos", afirmou. "Lógico

que ficamos um pouco preocupados quando entram pequenos nos lotes maiores, mas não foi esse o caso. Os novos entrantes foram nos lotes menores."

De acordo com Rufino, a agência está tomando as precauções necessárias para garantir que os projetos de transmissão contratados nos leilões recentes não tenham problemas ou atrasos inesperados. "A gente evoluiu de uma posição de fiscalizar para gerir contratos. Participamos ativamente do desenvolvimento. Não seremos mais surpreendidos se o empreendedor não conseguir entregar".

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Murillo Camarotto

Título: TCU deve manter Queiroz Galvão na lista de inidôneas

O Tribunal de Contas da União (TCU) deve rejeitar amanhã um embargo de declaração impetrado pela construtora Queiroz Galvão contra a decisão que declarou a empresa inidônea por fraude à licitação de um contrato na usina nuclear de Angra 3.

Ao lado de sete outras grandes empreiteiras, a Queiroz Galvão recebeu a condenação no dia 22 de março, sob acusação de ter contribuído para um prejuízo de pelo menos R\$ 400 milhões ao erário. O dano, no entanto, pode passar de R\$ 1,5 bilhão, se consideradas todas as atualizações.

Das oito condenadas, três tiveram pena suspensa temporariamente. Odebrecht, Camargo Corrêa e Andrade Gutierrez assinaram acordo de leniência com o Ministério Público Federal (MPF) e por isso ganharam mais prazo para explicarem as irregularidades em Angra 3 e atualizarem o montante que vão ressarcir aos cofres públicos.

O desfecho da negociação sobre Angra 3 deverá apontar o rumo dos acordos de leniência administrativos

Todas as demais recorreram da decisão do TCU, mas apenas a Queiroz Galvão impetrou embargo de declaração, que na prática é um questionamento sobre alguns pontos específicos da decisão do juiz. No caso, o juiz é o ministro Bruno Dantas, relator do processo de Angra 3 no TCU.

Responsável pelo entendimento entre o tribunal e a força-tarefa da Lava-Jato - que deu um respiro à Odebrecht, Andrade e Camargo -, o ministro já sinalizou que irá rejeitar os argumentos apresentados pela Queiroz nos embargos declaratórios.

Os demais recursos, impetrados por UTC, Techint e Empresa Brasileira de Engenharia foram distribuídos a outros ministros, que ainda irão analisar os argumentos das empreiteiras. A tendência, no entanto, é de que a inidoneidade seja mantida.

No caso de Odebrecht, Camargo Correa e Andrade Gutierrez, o prazo acertado com o TCU e o MPF expira no fim de maio. Para se livrarem da inidoneidade, as empresas terão de trazer novos elementos para a investigação e, principalmente, dizerem quanto dinheiro pretendem devolver.

Nos acordos de leniência assinados com o MPF, as três gigantes se comprometeram a devolver R\$ 8,7 bilhões, sendo R\$ 7 bilhões da Odebrecht, R\$ 1 bilhão da Andrade e R\$ 700 milhões da Camargo. As empresas têm alegado que não têm fôlego financeiro para novos desembolsos.

O desfecho da negociação sobre Angra 3 deverá apontar o rumo dos acordos de leniência administrativos, como são chamados os acertos entre as empresas e o Ministério da Transparência, antiga Controladoria-Geral da União (CGU). Desde a eclosão da Lava-Jato, o órgão ainda não fechou nenhum acordo.

O grande impasse está no valor do ressarcimento que será cobrado. De acordo com a Lei Anticorrupção, o montante referente ao dano causado ao erário não pode ser negociado. As empresas, porém, argumentam que cifras muito altas poderão resultar em falência, dificultando a devolução de qualquer quantia.

Daí a atenção com o desfecho do caso Angra 3. O Ministério da Transparência vai observar qual será a postura das empresas para, então, decidir o que fazer com os acordos delas. A declaração de inidoneidade do órgão é ainda mais ampla que a do TCU, pois barra também os contratos com governos estaduais e municipais.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Andre Ramalho

Título: CEG planeja investir R\$ 271 milhões este ano

Após superar a marca de 900 mil clientes, em 2016, a CEG, distribuidora de gás canalizado controlada pela espanhola Gas Natural Fenosa, pretende aumentar os investimentos este ano em 5,4%, para R\$ 271,3 milhões. A expectativa é que, no último ano do calendário de investimentos plurianuais aprovado no processo da 3ª revisão tarifária, ainda em 2013, a companhia supere os compromissos regulatórios de investimentos globais na expansão da rede de gasodutos no Estado do Rio de Janeiro.

O orçamento para 2017 será submetido à aprovação dos acionistas, em assembleia geral, na quinta-feira. Além dos investimentos, a direção da CEG propõe destinar R\$ 77,1 milhões para distribuição como juros sobre o capital próprio e mais R\$ 126,7 milhões como dividendos aos acionistas. Em 2016, a CEG lucrou R\$ 290,7 milhões, uma alta de 2,2% ante 2015.

Se confirmado o orçamento prometido, a CEG fechará o quinquênio 2013-2017 com investimentos da ordem de R\$ 1,2 bilhão, 9% acima do compromisso assumido junto à Agerensa, órgão regulador estadual do Rio de Janeiro em 2013, na ocasião da 3ª revisão tarifária.

O descumprimento das metas de investimento no quinquênio 2008-2012 foi, justamente, o principal motivo que levou à redução de 1,99% das margens da concessionária na 3ª revisão tarifária.

A CEG abastece a região Metropolitana do Rio de Janeiro. No ano passado, a companhia aumentou em 3,9% o número de clientes, de 873 mil para 907 mil unidades consumidoras. Mantido o mesmo ritmo, a expectativa é que a área de concessão da empresa ultrapasse o patamar de 1 milhão de clientes em três anos. As vendas da companhia totalizaram 10,59 milhões de metros cúbicos diários de gás, o que representa uma baixa de 26% ante 2015, devido sobretudo ao menor despacho das térmicas.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Ivo Ribeiro

Título: Justiça nega liminar a Nippon para anular eleição na Usiminas

A juíza Soraya Brasileiro Teixeira, da 2ª Vara Empresarial de Belo Horizonte, negou nesta segunda-feira o pedido de liminar da Nippon Steel & Sumitomo Metal, que buscava anular decisões tomadas em reunião do conselho de administração que trocaram a presidência da Usiminas em 23 de março.

A ação da siderúrgica japonesa tinha como objetivo também cancelar a destituição de Rômelo de Souza, presidente anterior da companhia e nome de confiança da Nippon Steel, além da escolha de Sérgio Leite, preferido da sócia Ternium/Techint, para o cargo.

A Nippon Steel já havia tentado uma liminar antecedente, às vésperas da reunião do conselho administrativo, mas obteve recusa da mesma juíza. O processo dos japoneses é baseado no fato de não ter havido consenso prévio entre os acionistas para a troca na presidência — algo que é exigido pelo acordo de acionistas.

Procurado, o escritório de advocacia Sérgio Bermudes Advogados informou que a Nippon Steel vai recorrer da decisão.

O caso é semelhante ao ocorrido em maio do ano passado, quando também Leite assumiu o posto de Souza. Na época, os conselheiros indicados pelo grupo ítalo-argentino Ternium/Techint, pela Previdência Usiminas, pelos funcionários e pelos minoritários alegaram que, mesmo sem consenso, precisariam trocar a diretoria considerada interina. Os conselheiros da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) se abstiveram.

Em outubro, Souza foi reconduzido ao cargo por meio de uma decisão unânime do Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJ-MG), que considerou a mudança ilegal.

Desta vez, Souza foi acusado de assinar memorando com a Mineração Usiminas (Musa) sem a presença de outro diretor estatutário, nem anuência do conselho. Os votos que decidiram por seu afastamento e nova eleição de Leite foram, além da Ternium/Techint, dos funcionários, dos minoritários e da CSN.

No documento, o ex-executivo se comprometia a discutir melhores termos para compensar a redução na demanda pelo minério de ferro da empresa — com 70% do capital nas mãos da Usiminas e 30% com a japonesa Sumitomo Corporation —, em meio à crise do mercado siderúrgico e depois do fechamento das áreas primárias da usina de Cubatão (SP).

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor:

Título: Destaques

Minério volta a cair

Após três dias seguidos de alta, o minério de ferro voltou a cair no mercado à vista da China, em meio à perspectiva mais suave de consumo de aço no país e a possibilidade de os Estados Unidos adotarem uma linha mais dura para a entrada do aço chinês. Os preços da matéria-prima com teor médio de 62% de ferro entregue no porto de Qingdao caíram 2,5%, para US\$ 66,53 a tonelada, segundo o índice da "Metal Bulletin". Em abril, a queda segue forte, de 17,2%, e no acumulado do ano, de 15,6%. Até agora, a cotação média no mês se encontra em US\$ 71,59, 18,1% abaixo do observado em março.

Maior oferta de aço

A produção global de aço bruto em março foi de 145 milhões de toneladas, conforme dados da Worldsteel Association, entidade do setor que reúne 67 países produtores. O volume significa 4,6% de crescimento em relação ao mesmo mês do ano passado. Sobre fevereiro, a alta alcançou 14,5%. A Worldsteel informou que o uso de capacidade das usinas globalmente atingiu 72,7%, maior patamar desde junho de 2015. Na China, principal produtora, consumidora e exportadora de aço do mundo, o volume atingiu 72 milhões de toneladas, alta de 1,8% na comparação anual. Sobre fevereiro, houve aumento de 17,7% no ritmo de produção.

MME / ASCOM .